



MINEIRÃO

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente a Companhia aprovou em 2022 a distribuição de R\$22.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os pagamentos ocorreram em junho, outubro e dezembro de 2022. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014.

A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Distribuição de dividendos	45.000
Pagamentos efetuados	(41.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.018
Distribuição de dividendos	22.000
Pagamentos efetuados	(16.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.551

17. Adiantamento de clientes

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2022 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP. Houve reclassificação para o passivo não circulante, pois a administração entende que o valor será liquidado ao final do contrato de concessão.

18. Receita líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação (a)	56.084	21.704
Atualização do ativo financeiro (b)	36.209	38.046
Impostos e contribuições (c)	(9.624)	(17.504)
Total	82.669	42.246

A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio; (b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;

(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS). A companhia aderiu ao PERSE (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos) Lei 14.148/2011, objetivo de minimizar os efeitos decorrentes das medidas de combate a pandemia da covid-19 sobre os setores de eventos e turismo, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

19. Custos e despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(17.444)	(14.277)
Serviços públicos	(1.896)	(1.169)
Despesa com manutenção	(7.597)	(6.865)
Serviços de terceiros	(1.942)	(1.635)
Materiais	(1.185)	(1.313)
Depreciação e amortização	(2.501)	(2.456)
Propaganda e publicidade	(653)	(526)
Outros	(4.947)	(4.493)
Total do custo e despesas administrativas	(38.165)	(32.734)
Custos dos serviços prestados	(21.344)	(15.762)
Despesas gerais e administrativas	(16.821)	(16.972)
Total	(38.165)	(32.734)

20. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	1.834	682
Juros de mora e descontos obtidos	105	64
Outras receitas financeiras (*)	-	2.551
Outras receitas financeiras (**)	12.560	21.992
Total	14.499	25.289
Despesa financeira		
Despesas e comissões bancárias	(272)	(251)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.365)	(10.149)
Juros de mora	(43)	-
Outras despesas financeiras	(8.940)	(3.393)
Total	(25.620)	(13.793)
Resultado financeiro	(11.121)	11.496

(*) A receita com juros e multa contratual, refere-se a atrasos nos recebimentos das parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão; e

(**) Outras receitas financeiras, refere-se à atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro.

21. Outras receitas operacionais, líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Energia mercado livre	20	30
Reembolso de danos estruturais	121	63
Multa contratual	102	67
Acordos Estado Mg (*)	-	5.032
Pleito Estado Minas Gerais (**)	-	55.637
Bonificações e brindes	22	29
Outras receitas	29	13
Total	294	60.871

(*) Reconhecimento do valor complementar ao acordo com Governo de Minas Gerais, referente ao pleito do estacionamento do mineirinho.

(**) A Administração reconheceu o saldo a receber referente ao pleito devido ao reequilíbrio econômico – financeiro contratual, cuja discussão, com o poder concedente, ocorre em sede de pleito arbitral.

22. Gestão de risco financeiro

22.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Durante 2022 e 2021, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.

O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

22.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumariados:

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos	98.313	137.817
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(16.732)	(20.691)
Dívida líquida	81.581	117.126
Total do patrimônio líquido	382.532	371.062
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	464.113	488.188
Índice de alavancagem financeira - %	17,58%	23,99%

22.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA
André Luis Santana Moraes
Samuel Henrique Comélio Llyod

CONTADORA
Tatiana Michelle da Silva
CRC/MG 113710/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da
Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte – MG.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações

Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC IMG-078.081/O-1

Publicidade Legal Digital - 15 de Abril de 2023 pdf

Código do documento 60233849-7bdd-4987-81e6-9366975ab315



Assinaturas



Poliana Helena de Souza Queiros Araújo
poliana.helena@otempo.com.br
Assinou

Poliana Helena de Souza Queiros Araújo

Eventos do documento

14 Apr 2023, 19:42:10

Documento 60233849-7bdd-4987-81e6-9366975ab315 **criado** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-14T19:42:10-03:00

14 Apr 2023, 19:43:01

Assinaturas **iniciadas** por POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b). Email: poliana.helena@otempo.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-14T19:43:01-03:00

14 Apr 2023, 19:43:18

POLIANA HELENA DE SOUZA QUEIROS ARAÚJO **Assinou** (21e5ad5a-9bf4-4fd3-acf6-7448d9c43d2b) - Email: poliana.helena@otempo.com.br - IP: 189.43.78.78 (sempreeditora-G2-0-3-1512156-iacc01.cem.embratel.net.br porta: 60584) - **Geolocalização: -19.9482839 -44.0294269** - Documento de identificação informado: 089.460.976-98 - DATE_ATOM: 2023-04-14T19:43:18-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a73d8c00983b570e0a8a952d9dc31c645d3ba66fce38673d4312069899215543

(SHA512):67c4c45ba599608eae3fa2b956782d0967f7376e7e985c01d10a80ab1554bfa0929a4c5dc9263b9f9d647336e4393a4af7d147dd504ae6e350dab772e97606eb

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign